

O Sistema Universitário da Galiza na segunda metade do século XX. Do modelo centralista à dispersão

Rubén C. Lois González
Alejandro López *González*
José Somoza Medina

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 633-643

O Sistema Universitário da Galiza na segunda metade do século XX. Do modelo centralista à dispersão

Rubén C. Lois González
Alejandro López González
José Somoza Medina

Em 1995 a Universidade de Santiago de Compostela comemorou o seu quinto centenário, o que significa que o ensino universitário na Galiza tem já mais de cinco séculos de história. Nesta longa evolução surpreende a magnitude das mudanças acontecidas nas últimas décadas, que presumem a transformação do sistema universitário galego acompanhando um processo planificado de descentralização espacial e expansão da estrutura académica.

Desde a fundação do Estudo de Gramática por Dom Lope Gómez de Marzoa em 1495, a universidade compostelana assinalou-se pela sua feição elitista e exclusiva, em que grandes famílias eclesiásticas como os Diego de Muros ou os Fonseca rivalizavam por exercer o controlo, até à sua última secularização no século XVIII. Os alunos procediam da nobreza e da fidalguia fundamentalmente galegas, embora também aparecessem nos registos estudantes chegados das regiões cantábricas ou de Castilha. O elitismo da Universidade neste período era uma característica conforme com a sua função, fornecer de quadros os aparatos do Estado e da Igreja. Na segunda metade do século XVI várias centenas de alunos frequentavam as aulas em Santiago, um número muito importante que com as crises dos séculos posteriores não se repetiria até aos meados do XX (3.250 alunos no ano 1960-61).

A partir de 1960 percebe-se uma mudança fundamental na evolução experimentada por esta universidade, pois o acréscimo do número de alunos converte-se em pouco tempo em saturação e necessidade de expansão das antigas faculdades. A democratização do ensino universitário, que acolhe na actualidade maioritariamente mulheres e alunos procedentes das classes médias, interrompe o demorado decorrer da instituição compostelana nas décadas de 1960 a 1980, e de 3.000 alunos passa-se para 35.000 em só vinte anos.

Desde 1989, com a aprovação da Lei de Ordenação do Sistema Universitário da Galiza, desaparece o monopólio compostelano na oferta de estudos superiores e surgem por segregação as universidades de Vigo e da Corunha, tomando forma um mapa universitário em que se colocam com uma disposição zonal três instituições independentes e sete Campus diferentes.

Neste artigo pretendemos reflectir a evolução do ensino universitário na Galiza durante os últimos cinquenta anos, fazendo para isso uma releitura e actualização da obra *A Universidade (1960-1992)* escrita por Rubén C. Lois González há doze anos.

1-Santiago como centro universitário único.

A Universidade compostelana tinha em 1965 a mesma estrutura que nos começos do século XX. As cinco faculdades com as que começara a centúria continuavam a ser as únicas existentes;

Medicina, Direito, Farmácia, Ciências, e Filosofia e Letras -estas duas últimas convertidas em faculdades maiores em 1922-. De facto, o quadro jurídico que regulava a instrução pública procedia directamente das leis promulgadas cem anos atrás no reinado de Isabel II, e assim continuaria até à Lei Geral da Educação, conhecida como Lei Villar, de 1970.

Deve ser assinalado que o número de estudantes tinha sido irregularmente reduzido durante a primeira metade do século XX, e assim por exemplo de 1900 a 1920 os universitários compostelanos supunham menos do 5% do total espanhol enquanto a população da Galiza colocava-se no 10% do total de referência; tendo presente, de resto, que até ao ano 1913-14 em que se matriculam três mulheres na Faculdade de Ciências, a população universitária compostelana tinha sido exclusivamente masculina.

Nas primeiras décadas do século XX a faculdade que reunia um maior número de alunos era a de Medicina, com praticamente um 40% do total, pelas possibilidades de desenvolvimento profissional que apresentava, ultrapassando claramente a de Direito, que pela sua feição mais elitista restringia o seu campo social. Porém, esta era a segunda em número de inscritos, por diante da de Farmácia que dispunha de um rádio de atracção muito maior ao ser um dos escassos centros superiores que oferecia este tipo de ensino na Espanha. Por sua parte, as Faculdades de Ciências e Filosofia e Letras, que contavam apenas umas dúzias de alunos na década de 1930, experimentariam um rápido crescimento nas décadas posteriores ao consolidarem a sua função como centros preparadores de pessoal docente qualificado, um objectivo para que contribuía também a Escola de Mestres de Santiago, criada nos meados do século XIX.

Nas outras cidades galegas apenas eram computados nos princípios de século a Escola de Comércio da Corunha e as de Magistério de Lugo, Corunha, Ourense e Pontevedra; pondo em destaque nestas o facto de existirem apenas em Ourense e Pontevedra escolas para ambos os sexos, porquanto a de Lugo era unicamente para homens e a da Corunha para mulheres.

Na segunda metade do século XX e antes da posta em vigor da Lei Geral de Educação é verificado um desenvolvimento notório dos centros de ensino de grau médio, com o alargamento das possibilidades de continuar estudos em Magistério de Lugo e A Corunha, e com a criação de Escolas de Comércio em Lugo, Vigo e Ourense, de Enfermaria (A.T.S.) na Corunha e Santiago, de Trabalho Social em Santiago, de Peritos Agrícolas em Lugo e de Peritos Industriais em Vigo. Este alargamento da oferta educativa não deve ser relacionado com uma acção desenhada pela administração central para modificar o sistema universitário da *Galiza*, mas com as consequências geradas pelo acréscimo da procura de escolarização qualificada e o apoio decidido na criação de novos centros das administrações e organismos locais.

No que diz respeito dos centros de estudo superior de Santiago apenas se produziu uma leve mudança a partir do ano 1967-68, com a inauguração da Faculdade de Economia.

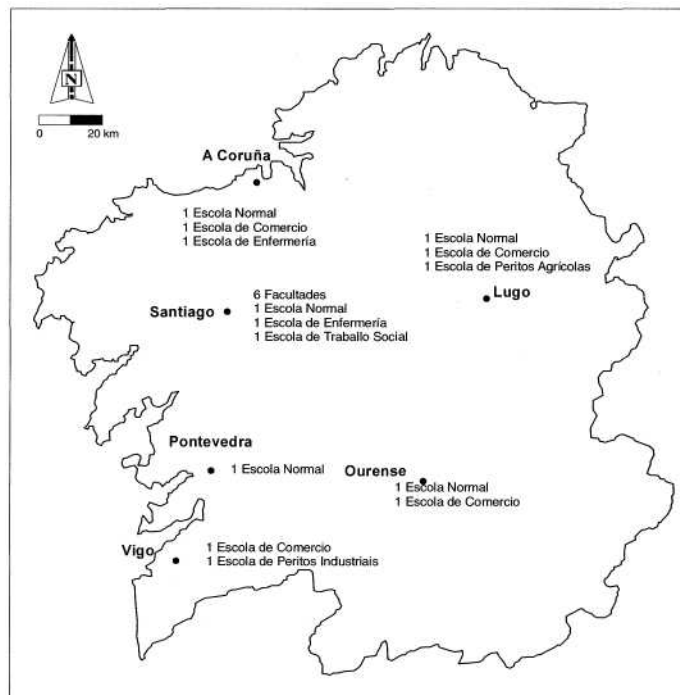


Figura 1. Distribuição dos centros universitários e as escolas de grau médio em 1970. Fonte: Lois 1994

Até 1970, portanto, o mapa universitário galego reduzia-se na oferta de estudos superiores às seis faculdades compostelanas que reuniam pouco mais de 3.000 alunos, o qual representava o 01% do total da população galega. Qualquer jovem que quisesse seguir estudos superiores deveria frequentar previamente algum dos liceus ou escolas privadas que existiam no núcleo urbano mais próximo e depois fazer as malas para ir a Santiago, a um dos Colégios Maiores existentes ou a algum dos apartamentos que a população local alugava aos estudantes.

Nos outros núcleos galegos, sobre a base das escolas de mestres e mestras fundadas no século XIX, também conhecidas como *Normais*, foi criado um tecido de ensino médio que teria importantes efeitos posteriores, sobretudo na especialização universitária de Vigo e Lugo.

2-0 começo da descentralização universitária

O Plano Galiza de Educação definia nos começos da década de 1970 a expansão quantitativa do ensino superior neste território, fundamentada por um lado na criação de novas faculdades e escolas superiores e por outro no desenvolvimento dos colégios universitários, gerando uma mudança que daria uma viragem notável à situação anterior.

O número de faculdades em Santiago passou de 6 em 1970 a 11 em 1985. No ano 1974-75 produziu-se a fragmentação da antiga sede de Filosofia e Letras em três novas faculdades: Geografia e História, Filosofia e Ciências da Educação, e Filologia. No ano 1977-78 aconteceu algo similar com a de Ciências, que foi dividida nas faculdades de Matemática, Química e Biologia, a que há acrescentar a de Física desde 1981.

Mais importante foi a inauguração no ano 1975-76 da primeira Escola Técnica Superior da Galiza, que não foi situada em Santiago, mas na Corunha, onde os estudos de Arquitectura assinalariam o posterior desenvolvimento do campus. O modelo foi repetido no ano seguinte com a inauguração em Vigo da Escola Técnica Superior de Engenharia Industrial, desenhando uma especialização universitária acabada com a criação em 1985 da Escola Técnica Superior de Enge-

nharia de Telecomunicações. A mesma coisa aconteceu em Lugo quando em 1984 foi criada a Faculdade de Veterinária, que complementou a oferta especializada proporcionada pela Escola Universitária de Engenharia Agrícola, antes denominada "Escola de Peritos Agrícolas".

A outra feição fundamental da Lei Villar foi a criação de Colégios Universitários (CU), onde os jovens daquelas cidades em que não existiam estudos superiores podiam frequentar os três primeiros anos dalguns cursos. Em Lugo, Vigo e Corunha iniciam-se os estudos do CU em 1971 e em Ourense em 1973. Na primeira destas cidades podiam ser frequentados os primeiros ciclos de Filologia, Química, Biologia e Matemática; na Corunha os de Economia, Filologia, Filosofia e Ciências da Educação, Biologia e Química; em Vigo os de Filologia, Economia, Química e Biologia, e em Ourense os de Geografia e História, Filosofia e Ciências da Educação, Farmácia, Química e Biologia. Pode perceber-se que o empenhamento por alargar os estudos superiores era comandado fundamentalmente por estes centros, embora a reiteração das mesmas cadeiras em quase todos os Colégios patenteia como consistia mais numa opção quantitativa do que qualitativa, sem um desenho claro do futuro plano universitário da Galiza.

Quanto às antigas escolas de Grau Médio, é preciso explicar que durante esta etapa foram transformadas em Escolas Universitárias (EU), em que os alunos após de três anos de estudos podiam obter um diploma de primeiro ciclo (*diplomatura*). Nestas datas assiste-se a uma diversificação na oferta de graus de ciclo curto que incidiram na especialização do campus da Corunha, com a criação da Escola Universitária de Arquitectura Técnica, e no de Vigo, quando começaram as aulas nas Escolas Universitárias de Engenharia Técnica Eléctrica, de Processos Mecânicos e de Química Industrial, ao tempo que numa cidade que até então não contava nenhum centro de ensino superior como Ferrol surgem as Escolas Universitárias de Engenharia Técnica Naval, de Estruturas Marinhas, de Serviços de Navios e de Electricidade.

Por outro lado, as antigas Escolas Normais, passam agora a se denominarem Escolas Universitárias de Formação do Professorado de E.G.B. (Educação Geral Básica) e às quatro existentes até esse momento é acrescentada uma outra em Vigo, enquanto os estudos de Enfermaria deixam de estar concentrados na Corunha e Santiago, e agora podem ser frequentados em Ourense, Vigo, Lugo e Pontevedra. Finalmente, as Escolas de Comércio ficam convertidas em Escolas Universitárias de Economia nos Colégios Universitários da Corunha e Vigo, enquanto em Lugo e Ourense esta passagem é produzida após uns anos em que estas graus desapareceram como tais estudos universitários.

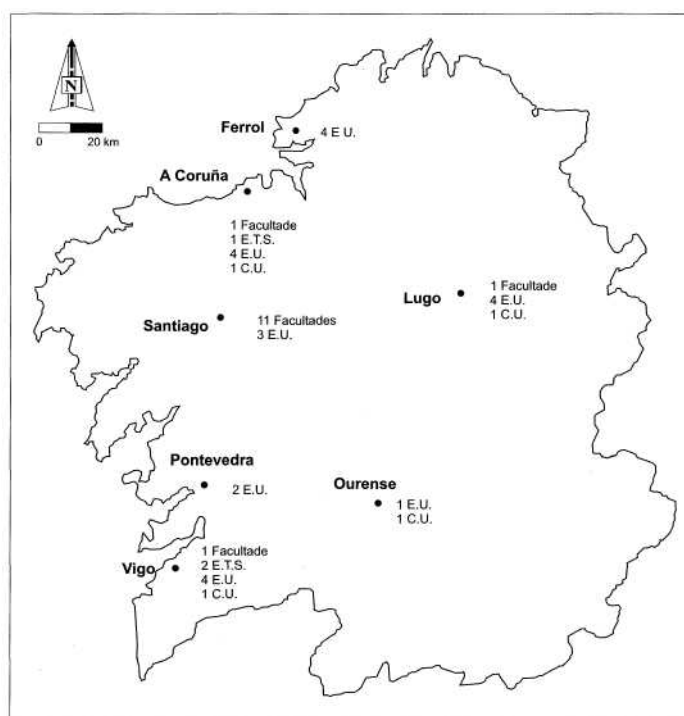


Figura 2. Distribuição dos centros universitários em 1989. Fonte: Lois 1994

Entre 1985 e 1989 assistimos a um novo avanço no processo de descentralização, com a criação da Faculdade de Economia de Vigo e a de Direito na Corunha, tencionando atenuar os problemas de saturação que apresentavam os dous cursos com mais alunos durante esse período em Santiago.

Em resumo, entre 1970 e 1989 assistiu-se a um importante alargamento da oferta de estudos universitários em toda *Galiza*, propiciado pelo grande aumento da procura ao se democratizar o acesso a esta classe de ensino, de tal maneira que se em 1970 apareciam matriculados nos diferentes centros 9.055 alunos, no ano 1989-90 eram 53.385, o que supunha um aumento do 500%. Este forte acréscimo facilitou a criação de novas facultades e escolas universitárias, que, à vista dos problemas de saturação que poderia representar para a cidade de Santiago e as pretensões doutros núcleos urbanos, foram distribuídas com diferentes pautas de localização nas sete cidades galegas. Nos casos da Corunha e Vigo foram promovidos campus externos que geravam evidentes problemas de conexão, em Lugo optou-se por criar um campus no limite urbano, enquanto em Ourense, Pontevedra e Ferrol os centros universitários foram situados primeiramente em prédios dispersos no interior da cidade para mais tarde promover o seu deslocamento para campus periféricos mas bem comunicados com o núcleo urbano.

Neste novo contexto de expansão, a Conselheria de Educação da Junta da Galiza nos fins de 1986 começou a ocupar-se do futuro mapa com os representantes municipais das principais cidades e com a instituição compostelana, dando validade política a um argumento que tinha sido discutido anos atrás nos círculos de opinião, como era a criação de novas universidades. Finalmente a roda de negociações frutificaria na Lei de Ordenação do Sistema Universitário da Galiza (LOSUGA) de 1989, por meio do qual culminavam processo de descentralização ao serem criadas as Universidades de Vigo e da Corunha.

Esta medida favoreceu logicamente os dous núcleos reitores do sistema urbano galego, conformando-se o actual mapa universitário que de norte a sul resolve-se na Universidade da Corunha

de que depende o Campus do Ferrol, a Universidade de Santiago de Compostela e o seu campus de Lugo e a Universidade de Vigo, com os seus campus de Pontevedra e Ourense.

3-0 actual Sistema Universitário da Galiza

Depois de estabelecida por Lei a criação das novas universidades, foi iniciado ao processo de construção da sua estrutura institucional e organizativa que conclui com a aprovação dos seus estatutos. No caso da Corunha foram aprovados a 10 de Setembro de 1992, e depois modificados a 28 de Agosto de 1998; no caso de Vigo a sua aprovação foi adiada até 23 de Agosto de 1993.

O mais sobressaliente deste período é o desenho do plano de graus, especialmente se considerarmos que foi conservado o distrito único para toda a Comunidade Autónoma, fazendo mais evidentes os eventuais problemas derivados da possível duplicação de estudos universitários. Sobre esta base, a estratégia das universidades recentemente estreadas foi primeiramente consolidar e alargar os cursos que existiam, uns específicos (por citar alguns exemplos, Arquitectura na Corunha ou Engenharia de Telecomunicações em Vigo) e outros associados à docência de grau médio presentes nos CU. Isto supunha em muitos casos a criação de segundos ciclos em graus tão tradicionais como Economia ou as Filologias, acarretando um problema ao se duplicarem com cursos ministrados em Santiago de Compostela. Foi projectado também o alargamento da base da oferta a partir de uma briga por novos estudos no contexto das negociações sobre o plano de graus, aspiração compartilhada também pela universidade compostelana, e mesmo defendendo a criação de segundos ciclos apoiados na infraestrutura docente santiaguesa (neste caminho é inserida a insistente reclamação do segundo ciclo de Medicina por parte da Corunha, proposta firmemente rejeitada por Santiago). Em suma, assistimos a uma luta constante por incrementar a oferta educativa das novas universidades, com as lógicas tensões derivadas de interesses contrapostos e as naturais ambições compostelanas de não ficar de parte no desenho do plano universitário.

No quadro que temos descrito merece especial destaque a reforma de estudos acontecida a nível estatal no ano 1992-93. Esta reforma, tendente para uma maior especialização no campo do ensino universitário, favorecedora também de uma diversificação e interdisciplinaridade do currículo do aluno -criação de diferentes tipos de cadeiras atendendo ao seu grau de obrigatoriedade ou opção, previsão de cadeiras de livre eleição em cursos diferentes do frequentado-, acarretou uma mudança fundamental. Surgem novas licenciaturas e *diplomaturas*, por vezes fruto da fragmentação de graus precedentes, por vezes resultado da agregação de conhecimentos afins, procurando a aparição de estudos abrangentes (amostra disto é a criação do curso de Humanidades). Experimentaram assim um incremento as necessidades de contratação de novo professorado ao aumentarem as horas de docência em muitos centros. Por outra parte, a tendência desde a década de 70 ao acréscimo do número de alunos quebra nos últimos tempos ao deslocar-se para este campo a contracção da natalidade observada em décadas anteriores. Temos uma redução das matrículas em Santiago desde o ano 1997-98, em Vigo desde o 2000-01 e já desde o ano seguinte na Corunha, circunstância que pode ocasionar repercussões num futuro próximo.

Tendo presente tudo o antes comentado, na actualidade fica um mapa universitário plural, com o funcionamento de campus com vocação de especialização em âmbitos educativos concretos -caso do de Lugo, debruçado para conhecimentos vinculados ao mundo agrário. Mas também com outros que não puderam desenvolver centros de conteúdos específicos e que, em consequência, estão empecados pela competência da outra oferta existente no país, condicionando desta maneira o seu crescimento futuro, como é o caso de Ourense.

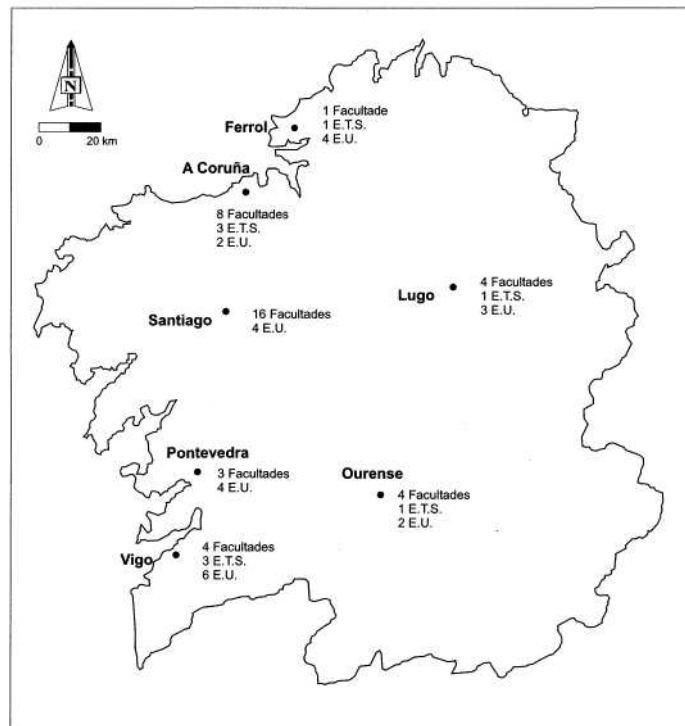


Figura 3. Distribuição dos centros universitários em 2002. Fonte: www.usc.es; www.udc.es; www.uvigo.es

No ano 2001-02 a distribuição por centros era a que segue:

-A Universidade da Corunha contava no campus corunhês oito facultades, duas escolas técnicas superiores, uma escola superior e seis escolas universitárias das quais três eram adscritas (centros de gerência privada mas academicamente vinculados à universidade). Completavam este quadro, as instalações do Instituto Nacional de Educação Física também adscrito; nestes centros ministravam-se um total de 33 graus (12 licenciaturas, 15 *diplomaturas*, duas engenharias superiores e outras duas de feição técnica, uma de arquitetura superior e uma outra de arquitetura técnica). No campus do Ferrol compatibilizavam-se uma facultade, uma escola politécnica superior e quatro escolas universitárias, ministrando-se 12 graus (duas licenciaturas, três *diplomaturas*, duas engenharias superiores e outras cinco de feição técnica).

-A Universidade de Santiago de Compostela possuía no campus compostelano 16 facultades e quatro escolas universitárias, sendo apenas uma destas últimas adscrita; neste campus ministravam-se um total de 38 graus (28 licenciaturas, 9 *diplomaturas* e uma engenharia superior). No de Lugo existem quatro facultades, uma escola politécnica superior e três escolas universitárias, contando-se entre as últimas duas adscritas; nesta cidade ministram-se um total de 21 cursos (seis licenciaturas, sete *diplomaturas*, duas engenharias superiores e mais seis de feição técnica).

-A Universidade de Vigo distribuía-se de tal maneira que na cidade viguesa encontramos quatro facultades, três escolas técnicas superiores e seis escolas universitárias; o resultado são 25 graus (12 licenciaturas, seis *diplomaturas*, três engenharias superiores e quatro de carácter técnico). O Campus de Ourense sumava quatro facultades, uma escola superior e duas escolas universitárias; o panorama docente resolvía-se em 17 graus (nove licenciaturas, cinco *diplomaturas*, uma engenharia superior e mais duas de tipo técnico). Finalmente, Pontevedra acrescentava três facultades e três escolas universitárias, ministrando um total de onze graus (três licenciaturas, sete *diplomaturas* e uma engenharia técnica).

Esta distribuição prima, como é lógico, os campus das cidades onde se localizam os reitorados; nestas localidades a oferta educativa é maior e o número de cursos de ciclo longo atinge mais peso. Independentemente desta circunstância, sobranceia o forte carácter técnico das novas universidades e o relevo do ensino mais tradicional na universidade compostelana. A importância da tradição e o processo de configuração do plano de graus, que no fim beneficiou as novas universidades, deu em resultado esta situação que no caso santiaguês só teve resposta no campus lucense que adquire uma maior importância na docência de carácter politécnico.

Reduzindo a nossa análise a cada um dos campus, a especialização é o traço dominante em dois deles. O de Lugo assume uma vocação plenamente agrária, alicerçada na Faculdade de Veterinária e uma Escola Técnica Superior especializada em engenharias agrárias. O campus do Ferrol possui uma assinalada orientação naval, sendo estes os estudos mais representativos da cidade. Noutros dois campus o peso do ensino técnico não é desprezível, convivendo com uma forte componente de estudos mais teóricos; este é o caso da Corunha onde os cursos vinculados ao mundo da construção (arquitectura e engenharia de caminhos) são bastante representativos, e de Vigo, com um peso notável do ensino associado à indústria e às telecomunicações.

Contrariamente, em Santiago a tradição universitária reflecte-se num claro predomínio das licenciaturas e *diplomaturas* de longa história no mundo universitário espanhol, sendo escassos os novos cursos perante o impulso dado pelo reitorado ao campus lucense. Em Pontevedra a oferta é reduzida, girando em volta da Faculdade de Belas Artes, sobretudo ao haber perdido a luta com Lugo no tocante a ministrar estudos agroflorestais, hoje reduzidos na cidade do Lérez à presença de uma engenharia técnica florestal. O campus de Ourense, ao contrário que o de Lugo, não soubo evoluir e deixar atrás a herança dos colégios universitários, predominando os estudos de índole teórica e afectada de falta de alunado por causa do fenómeno de duplicações com outros campus tornando cheio de incertezas o seu futuro.

4-Conclusões

A presença da universidade na Galiza tem já uma longa história. Mas até datas bem recentes não percebemos uma mudança num modelo basicamente centralista e elitista. Com efeito, ao longo das páginas precedentes temos comprovamos como a centralização das actividades de docência superior na cidade de Santiago de Compostela era um facto incontestável. Mas também temos mostrado como, a partir de 1960, se segue uma série de mudanças que, andando o tempo, levaram para a actual situação caracterizada pelo espectacular alargamento do tecido universitário e a notável dispersão dos equipamentos de ensino superior.

Nestas poucas décadas de transformações sobranceiam alguns fitos temporais, momentos concretos em que são tomadas decisões fundamentais ou aparecem novos elementos no panorama universitário.

O primeiro fito é a década de 60, momento em que começa a aumentar a matrícula anunciando a saturação dos centros universitários no período seguinte. Mas o momento crucial é 1970, quando conseqüentemente com a Lei Geral da Educação e o Plano Galiza de Educação começa a ser perfilada a descentralização da universidade. A partir deste momento são criadas novas escolas universitárias e faculdades em Santiago e noutras cidades como Corunha ou Vigo, mas também aparecem os colégios universitários para compensar a inexistência de centros de ensino superior em algumas cidades, pelo menos no que diz respeito dos primeiros ciclos.

Um terceiro momento fundamental é 1989; nesta data de continuação no acréscimo do número de alunos conclui o processo de descentralização fruto da recentemente aprovada Lei de Ordenação do Sistema Universitário da Galiza. Nasce as novas universidades da Corunha e Vigo, rompendo, por outra parte, o monopólio até então detido pela Universidade de Santiago de Compostela. Com excepção das limitadas faculdades e escolas universitárias abertas fora do entorno compostelano, o motor destas iniciativas foram os colégios universitários criados com amparo da Lei Villar de 1970, consolidando uma estrutura alicerçada nas três universidades mencionadas e sete campus, um em cada uma das grandes cidades do país.

O desafio, neste momento, consistia em preencher de conteúdo esta nova ordenação territorial.

Noutras palavras, conceber um plano de graus que satisfizesse, simultaneamente, as aspirações de cada cidade de contar com uma dotação de ensino superior e oferecer um sistema educativo coerente.

Os resultados foram contraditórios. Por uma parte foi lograda a consolidação de um campus com um grau razoável de especialização -veja-se Lugo ou Ferrol-, sem gerar problemas de duplicações nem de competência artificial; por outra o perigo da duplicidade assomou em alguns cursos, exemplificado no campus de Ourense que foi desenvolvido sobre a base de estudos já existentes fruto da incapacidade de escapar do modelo imposto pelo Colégio Universitário.

Para o futuro o principal desafio vem da actual procura de estudos universitários. A tradicional curva ascendente no número de matriculados mudou de sentido nos últimos anos, a queda da natalidade da década de 80 começa a perceber-se já a níveis de ensino superior, o que é especialmente grave num momento de máxima dispersão da oferta educativa, empedrada em ocasiões por casos de duplicidades de ensino numa Comunidade Autónoma com escassas perspectivas de revivificação demográfica.

Esta queda da procura universitária agrava os problemas registados no actual mapa de estudos e, provavelmente, impulsará novas medidas tendentes à racionalização da actual distribuição de estudos universitários.

Bibliografía:

- Bartolomé Pina, RA. (1987). *Localización de los centros de enseñanza y de la población escolar en la ciudad de Alicante: evolución y situación actual*. Caja de Ahorros Provincial de Alicante. Alicante.
- Bas, J.M.; Masjuan, J.M., e Vives, J. (1981). "El sistema educativo, respuesta institucional al afán de aprender", en E. Lluch (Dir.), *Geografía de la Sociedad Humana*, Tomo II. Planeta. Barcelona.
- Campos Calvo-Sotelo, P. (2000). *La Universidad en España*. Ministério de Fomento. Madrid.
- Castillo Castillo, J. (1983). *La universidad en Galicia. Una aproximación sociológica*. Universidade de Santiago. Santiago de Compostela.
- Dubet, E; Filâtre, D.; Merrien, F.X.; Sauvage, A., e Vince, A. (1994). *Universités et Villes*. L'Harmattan. Paris.
- Gómez Mendoza, J. e outros (1987). *Guetos universitarios. El Campus de la Universidad Autónoma de Madrid*. UAM. Madrid.
- Lois González, R. C. (1994). *La Universidad (1960-1992)*. Xerais. Vigo.
- Ministerio de Educación y Ciencia (1971). *Plan Galicia de Educación*. MEC. Madrid.
- Suárez C. E Quirós, F. (1977). *La función universitaria de Oviedo*. Universidad de Oviedo. Oviedo.
- Vilagrasa Ibarz, J. (2002). *Ciutat i Universitat a Lleida*. Universitat de Lleida e Ajuntament de Lleida. Lleida.